



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO

Patrícia Quinto Santos de Souza¹

Resumo: Este trabalho se propõe a contribuir para o debate da atuação político-pedagógica dos Assistentes Sociais em entidades socioassistenciais, partindo da minha experiência no trabalho com famílias em uma Instituição do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Prática profissional. Dimensão político-pedagógica. Serviço Social. Trabalho social com famílias.

Abstract: This paper aims to contribute to the debate of the political and pedagogical role of Social Assistants in social assistance organizations, starting from my professional experience in social work with families in an Institution of care for children, adolescents and people with disabilities in the Municipality of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2011, amplia-se o debate acerca das ações e serviços no âmbito da Assistência Social sob a responsabilidade do Estado. Inclusive, apresenta-se como um dos grandes desafios, o entendimento do que são ações estatais e a práticas vinculadas a instituições privadas, entidades sociais.

Tanto os equipamentos públicos da Assistência, como as entidades socioassistenciais, com a PNAS, são orientados ao trabalho cujo foco da proteção social está na família, a partir da matricialidade sociofamiliar. Pensa-se a respeito dos diversos arranjos familiares e na característica de grupo afetivo básico que deve ser capaz de oferecer condições para o desenvolvimento pleno de seus membros. No entanto, a preocupação a respeito da metodologia de atendimento pautado no padrão burguês de funcionamento familiar – com um forte caráter moralista e disciplinador – não foi eliminado do SUAS.

As entidades socioassistenciais são um lócus privilegiado para se pensar em metodologias e estratégias a respeito do trabalho social com famílias. Comumente, são oferecidos serviços continuados e sistemáticos para um público específico, e algum membro da família acaba por se envolver neste atendimento de maneira direta ou indireta. Além

¹ Estudante de Pós-Graduação, UERJ, E-mail: pattyquinto@yahoo.com.br.

disso, ao contrário do que ocorre na política de saúde, por exemplo, cujos atendimentos muitas vezes ocorrem de forma pontual e sem continuidade após a alta médica, os usuários e famílias atendidos por entidades que se orientam pela política de assistência social, apresentam uma permanência de um tempo razoável nos atendimentos propostos (meses e até mesmo anos), o que facilita o conhecimento do público, suas demandas e a sistematização de atividades coletivas com o usuário/família.

E o/a assistente social tem um papel essencial no pensar os atendimentos a estas famílias. A partir de seu conhecimento a respeito do atual contexto do capitalismo, suas complexidades e transformações estruturais, dos processos de reorganização dos sistemas de proteção social e políticas sociais cada vez mais fragmentadas e excludentes, e principalmente do seu olhar privilegiado sobre as diversas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano profissional, o torna capaz de enxergar as famílias em sua totalidade.

Obviamente que, apesar da direção do projeto ético-político da profissão, cabe ao profissional de Serviço Social a escolha por uma prática conservadora ou emancipadora da população assistida. Conforme nos elucidava Vasconcelos (2015), a maioria dos assistentes sociais, tendo como referência o Código de Ética do Assistente Social de 1993, na execução de suas ações

materializa o caráter (des)educativo da profissão, que [os assistentes sociais] pode contribuir com os trabalhadores/usuários, de forma sistemática e continuada, tanto para que os indivíduos sociais e despolitizem, se enfraqueçam enquanto classe, se submetam e se retraiam frente à exploração e à dominação, se coloquem dóceis, obedientes e dispostos a obedecer, para aceitar sua situação de subordinação – quando se revela o caráter deseducativo e deformador da profissão, como para que os trabalhadores/usuários sejam favorecidos na ordem societária vigente a praticar a mobilização e a organização para a luta política e o controle social, acessando conhecimentos, instrumentos de crítica e autocrítica, informações e direitos, na busca de sua efetivação e ampliação (Vasconcelos, 2015)

Não podemos negar que se trata de um desafio permanente para os assistentes sociais a orientação de sua prática profissional a partir do projeto ético-político que orienta o Código de Ética profissional. E pensar na atuação das entidades socioassistenciais nesta conjuntura em que nos encontramos requer uma contextualização a respeito da ideologia que envolve esses atores. Na contemporaneidade, essas instituições estão à frente de diversas ações que são de responsabilidade do Estado.

De acordo com Montaño (2010), o debate do chamado “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade universal compulsória. Portanto, a abordagem crítica do conceito ideológico de “terceiro

setor”, e do fenômeno real que ele esconde, constitui uma ferramenta importante para o enfrentamento do processo neoliberal de trato à questão social.

O objetivo de retirar o Estado da responsabilidade de intervenção na questão social e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência, nem apenas por razões financeiras. O autor nos esclarece que o motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais estatais de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

O capital, para se reproduzir, deve penetrar todos os espaços da vida social, deve alienar todos os membros da sociedades em todos os espaços das suas vidas. Assim, conforme Netto, “enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual (...) ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar minimamente a sua autonomia e o seu poder de decisão” (1989:85); isto é, a racionalidade do capital deve penetrar todos os espaços sociais, inclusive a cotidianidade das pessoas.

E, com esta conjuntura posta às famílias que necessitam utilizar a política pública de assistência social, estas veem nas instituições da sociedade civil um espaço para acessar as respostas às suas demandas. Estas instituições passam então a fazer parte da vida cotidiana desta população. E entendendo a vida cotidiana na sociedade civil como espaço de interação social, onde rebatem determinações econômicas, políticas, culturais, ideológicas, e onde se processam determinadas manifestações da vida social.

Desta forma, o fazer profissional de forma crítica, requer também clareza teórico-metodológica e ético-política, pois na vida cotidiana ao respondermos às necessidades, tendemos ao pragmatismo, ao materialismo espontâneo. As exigências das situações emergenciais que o profissional é chamado a atuar, “obrigam-no” a agir funcional e operativamente, sem o movimento reflexivo da dinâmica interna dos fenômenos em questão.

Neste sentido, como afirma Vasconcelos (2015),

“pensar dialeticamente, pensar crítica, reflexiva e criativamente, apreendendo a realidade como um todo orgânico, no seu movimento e nas suas contradições, só interessa aos que almejam a superação da ordem do capital. À burguesia (...) só interessa pensar e espriar o pensamento alienado/alienador, reificado e reificador; só interessa a falsa consciência” (Marx, 1985b, Lukács, 1989).

DE 2012 A 2016: “MAIS DO MESMO”

Uma característica marcante nas entidades socioassistenciais observadas no município do Rio de Janeiro, onde atuei profissionalmente como Assistente Social desde 2006, é a rotatividade de profissionais – principalmente na equipe técnica. A bibliografia específica e pesquisas realizadas nestes espaços socioassistenciais nos mostram esse dado e a fundamentação desta realidade.

Não nos cabe aqui devagar a respeito desta característica das instituições, mas é importante ressaltar o quanto ela prejudica o trabalho desenvolvido com usuários e famílias atendidas, visto que nem sempre, a prática profissional especificamente do Serviço Social, é orientada pelo mesmo referencial, o que traz consequências diretas na condução das atividades.

Especificamente na instituição onde estive de Janeiro de 2012 a Fevereiro de 2019, não havia uma realidade muito diversa ao pontuado anteriormente. Inicialmente, de 2012 a 2016, trabalhei fora da sede e observava a dificuldade de mantermos uma proposta de trabalho consistente com os 140 usuários atendidos e suas famílias, residentes do Complexo do Lins de Vasconcelos, zona norte do Rio de Janeiro.

Era uma realidade extremamente desafiadora para toda equipe, composta de uma assistente social, duas psicólogas (sendo uma para cada turno de atendimento), uma fonoaudióloga e três educadoras sociais (com formação de nível médio), além de uma coordenadora de Unidade (com formação de nível superior incompleto).

Eram oferecidos acompanhamentos técnicos sistemáticos e diversas oficinas socioeducativas para crianças a partir de 5 anos a adolescentes até 18 anos incompletos, inicialmente. Em um segundo momento, a idade dos adolescentes foi reduzida para 14 anos.

Somente o Serviço Social não desenvolvia atividades junto às crianças e adolescentes. De acordo com a solicitação institucional, o trabalho relativo ao Serviço Social seria especificamente com as famílias. A orientação ao setor foi quanto a operacionalização do ingresso dos usuários na Instituição, através de avaliação social, o acompanhamento às famílias e reuniões mensais informativas quanto a questões administrativas.

Vale ressaltar que o modelo de prática do Serviço Social que me fora indicado era o que historicamente vinha, há 46 anos sendo orientado na sede. A unidade em que eu havia sido contratada estava iniciando as atividades no território e era a primeira vez que a Instituição atuava com usuários e famílias praticamente dentro de uma comunidade. Vale ressaltar que o Complexo do Lins é uma das grande comunidade do RJ, composta por 12 comunidades que abrangem os bairros de Lins de Vasconcelos, Méier e Engenho Novo e que passava, nos primeiros meses de nossa atuação, por um momento extremamente relevante, que foi a

implantação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), o que ocasionou algumas mudanças na rotina e nos comportamentos das famílias.

Durante os 4 anos a frente do Serviço Social, me deparei com inúmeros desafios e obstáculos no que tange a minha falta de experiência no trabalho junto a famílias residentes em comunidades, a resistência dos demais integrantes da equipe técnica em se aproximar efetivamente das demandas dos usuários e famílias, e principalmente, quanto a visão institucional em relação ao público atendido.

É importante destacar que, no cotidiano profissional, apesar do planejamento em relação ao conhecimento do território, estabelecimento de rede, atendimentos individuais pontuais e a proposta de diversas atividades coletivas para as famílias – não com o viés administrativamente informativo, conforme solicitado pela Direção, a orientação para uma prática criativa, propositiva, que “jogasse luz” nas demandas apresentadas pelo conjunto das famílias, não era tida como positiva, prioritária ou mesmo possível.

Quanto maior o esforço demonstrado para uma aproximação junto às famílias, mais o Serviço Social era convocado ao desenvolvimento de tarefas burocráticas, administrativas, totalmente alheias ao trabalho do setor. Além disso, com uma equipe reduzida e que era substituída constantemente, e ainda, na função de coordenação técnica (em 2015/2016), a atuação do serviço social junto às famílias ficou bastante prejudicada. Era exigido um olhar controlador diante das ações cotidianas dos demais membros da equipe técnica, o controle frente às atividades pedagógicas desenvolvidas com os usuários, além da elaboração de relatórios não somente técnicos, como administrativos e toda a movimentação burocrática junto aos convênios, não somente da unidade Lins como da sede. O tempo para planejamento de ações coletivas era inexistente e para a aplicação de qualquer proposta sistemática era extremamente reduzido.

De acordo com Vasconcelos (2015), as requisições institucionais são impositivas, ou seja, a consideração e o atendimento às requisições institucionais fazem parte de determinações externas e históricas incontroláveis, as quais estão relacionadas à própria existência do Serviço Social. Entretanto, isto não se dá pelo desconhecimento a respeito das atribuições do assistente social, mas da observação, no movimento institucional, por parte de gestores (principalmente) e outros profissionais, do que o assistente social começou a assumir historicamente e das consequências favoráveis e funcionais ao movimento institucional com relação a diminuição de conflitos e à burocracia institucional.

Ademais, como elucida Iamamoto (2007), requisições não compatíveis com as atribuições profissionais têm constrangido um número expressivo de assistentes sociais no cotidiano profissional, atingidos pela reestruturação produtiva. E durante minha atuação na unidade Lins, apesar de perceber que a correlação de forças no movimento institucional

precisava ser modificada, eu não me sentia capaz teórica, política e metodologicamente de criar condições para essa mudança.

Foi um período profissional de muitos questionamentos, ensaios para possíveis mudanças e um sentimento (percebo hoje que falso) de impotência e frustração diante da minha prática como assistente social. Diversos movimentos fiz na direção de um entendimento teórico frente ao que se dava na Instituição. Apesar de refletir junto a alguns autores, durante minha permanência na unidade Lins, não conseguia construir uma estratégia que possibilitasse um fazer profissional propositivamente crítico e que atendesse efetivamente as demandas das famílias que estavam ali tão próximas.

Compreendia, conforme a reflexão de Montañó que aquela realidade institucional demonstrava nitidamente uma lógica gerencial ou, na melhor das hipóteses, de gestão controlada de recursos para as respostas concretas a demandas pontuais e individualizadas. Uma lógica extremamente funcional para a manutenção da ordem, segundo ele, porquanto elimina do seu horizonte político as contradições de interesses de classes.

Com o fechamento desta unidade em Dezembro de 2016, devido a falta de repasses do principal convênio e a agudização da violência no território, apesar de alguns embates junto à Direção, fui transferida para a sede, que é tida até os dias atuais, como uma referência a nível de município no atendimento à pessoas com deficiência na faixa etária de 6 a 60 anos incompletos.

2017 E 2018: A NOVA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Até então, pessoas com deficiência era o público alvo das ações institucionais, tendo crianças e adolescentes como “usuários secundários”. Mas a partir deste momento, 140 crianças e adolescentes dividiriam espaço (e recursos) com os 250 usuários já em atendimento e suas respectivas famílias.

Vale destacar que a equipe técnica da instituição não seria ampliada quantitativamente. Houve sim, uma mudança qualitativa, pois o setor de Psicologia deveria funcionar com uma única profissional para a contratação de uma Terapeuta Ocupacional, visto que o trabalho desenvolvido com as pessoas com deficiência sofreria mudanças.

Na minha avaliação, seria humanamente inviável o desenvolvimento de um trabalho com 390 famílias. Mesmo porque, o Serviço Social contava apenas com uma única profissional e sem a perspectiva de ampliação do quadro. Obviamente que haveriam escolhas dentro das inúmeras prioridades postas – principalmente quanto às demandas institucionais de cunho administrativo.

Encontrei, ao final de 2016, muitas pendências no serviço social da sede. Era nítido que a profissional anterior não estava conseguindo atender sozinha a demanda do setor, tanto a nível de atendimentos quanto ao planejamento, sistematização das ações, elaboração de relatórios, articulação da rede local, participação em reuniões periódicas de Conselhos, etc.

O trabalho com famílias, segundo registros encontrados, era limitado a reuniões bimensais, de cunho essencialmente administrativo e com uma adesão bem incipiente por parte das famílias. E, assim como na unidade Lins, não havia a construção e execução de atividades multidisciplinares. Grande parte do trabalho do serviço social, nesta época era avaliar novos usuários e desligar usuários antigos. Em resumo: não havia um trabalho social com famílias.

Iniciei então um movimento para conhecer a realidade institucional da sede. Apesar de encontrar com a equipe em confraternizações e festividades, era essencial compreender como o trabalho acontecia, como era planejado, como se davam as relações e as correlações de forças na Instituição, me aproximar dos usuários e famílias e perceber como estes se apropriavam do que era oferecido pela Instituição.

Os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 – período de férias dos usuários - foram organizados para reuniões com a equipe técnica e pedagógica, além de conhecimento do território e algumas articulações junto a rede local. Anteriormente, na unidade Lins, a rede da política de assistência era de apenas 1 CRAS, o CREAS e o Conselho Tutelar do bairro do Méier, que contemplavam o Complexo do Lins. Já na sede, as comunidades de referência eram as que compõem o Complexo do Jacarezinho – a 2ª maior comunidade do Rio de Janeiro (perdendo apenas para a Comunidade da Rocinha, na zona sul). A rede passou a ser de 3 CRAS, o CREAS e 2 Conselhos Tutelares (bairros do Méier e Inhaúma). Além disso, também havia a rede específica dos usuários com deficiências e outros atores das demais políticas, como a educação, através da 3ª CRE (Coordenadoria regional de Educação).

De acordo com as exigências institucionais, o serviço social deveria apresentar um plano de ação para o referido ano já no mês de março. Todavia, avalei que seria necessário mais um período de observações e aproximações com o movimento institucional. Por coincidência, a gestão estava sofrendo algumas alterações, em decorrência de questões de saúde da gestora anterior e o novo gestor, que também estava vivenciando este momento de aproximação com a equipe e com a rotina institucional, não colocou barreiras para minha solicitação.

Era imprescindível um planejamento que contemplasse um trabalho social com famílias de forma sistemática e com uma metodologia de acordo com a realidade posta pelas famílias. Este era o desafio.

É no planejamento que podemos, como assistentes sociais, identificar onde estamos, as possibilidades que se põem para caminhar na direção das finalidades que elegemos, assim como avançar das necessárias respostas focalizadas e pontuais às demandas dos trabalhadores e às requisições institucionais, para pensá-las, organizá-las e conectá-las à luta geral dos trabalhadores e demais lutas emancipatórias, como expresso no Código de Ética do Assistente Social, tendo como perspectiva o médio e longo prazo. (Vasconcelos, 2015)

De Março a Julho me concentrei de forma quase que exclusiva em me aproximar das famílias através de diversas ações: reavaliações sociais, visitas domiciliares pontuais e, principalmente, da implantação do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos.

Apesar do meu olhar crítico em relação a proposta deste grupo na política de assistência social, que na sua essência tem um viés conservador (a partir das concepções de Durkheim quanto a instituições, identidade, vínculos, etc), visualizei também nesta proposta uma possibilidade de início de construção para algo maior, em um segundo momento.

Neste período, os grupos aconteciam com periodicidade quinzenal e eram divididos por turmas, organizadas pelas faixas etárias dos usuários. A partir de um planejamento prévio, as famílias eram convidadas a participar de encontros oferecidos em ambos os turnos. A adesão, neste começo, era pequena. Mas com o passar das semanas, as famílias que participavam divulgavam para famílias vizinhas e o quantitativo de participantes foi aumentando. A metodologia utilizada era variada e incluía recursos que não faziam parte da rotina das famílias: música, desenhos, pintura, modelagem, teatro, colagem. Muitos participantes tinham dificuldade para se expressarem oralmente, e a arte nesse primeiro momento, foi muito útil. Também eram utilizados debates e dinâmicas envolvendo expressão corporal e aproximação entre os participantes.

O objetivo principal nestes primeiros meses era despertar as famílias para atividades propostas pelo serviço social, vendo estas atividades não como uma exigência para se manter com uma vaga na Instituição, mas como algo possível de contribuir na vida da família e também do grupo. Com o passar das semanas, era possível perceber o sentimento de identidade e pertencimento que existia entre os participantes.

Finalmente, após este processo, apresentei um novo plano de ação do setor, contemplando um trabalho apenas com as famílias. Tive ciência de que, anteriormente, com um quantitativo menor de usuários, as assistentes sociais eram orientadas a atender a integralidade do público. Porém, eu já havia avaliado que não seria uma ação de qualidade, com o investimento necessário para uma possível mudança do que estava posto.

Obviamente que, apesar da mudança na gestão, ainda foram atribuídas algumas funções administrativas para o serviço social, como a operacionalização dos convênios. Além disso, outras ações que fazem parte do cotidiano profissional, como articulação de rede, participação em eventos, atendimentos pontuais em plantão social, encaminhamentos

diversos, acompanhamentos à famílias cujas crianças/adolescentes chegavam através de encaminhamentos de órgãos de defesa de direitos, continuavam a fazer parte do cotidiano profissional. Porém, o trabalho social com famílias tornou-se o núcleo duro da minha atuação na Instituição.

No que tange a reação das famílias quanto a nova proposta de trabalho do serviço social, divulgada em reunião geral, me deparei com algumas famílias que se colocaram de forma bastante resistentes. Muitas ficaram surpresas com a perspectiva de maior participação na instituição, o que não ocorreu desde o ingresso destas há mais de 20 anos em atendimentos. Obviamente que muitas se manifestaram como indisponíveis à proposta, alegando falta de tempo ou mesmo falta de interesse. Algumas chegavam a relatar que participariam apenas se fossem obrigadas, caso fossem houvesse a ameaça dos filhos “perderem a vaga” na instituição.

Apesar da resistência de parte das famílias, era um momento propício para algumas mudanças institucionais. Após minha experiência na unidade Lins e diversas reflexões teóricas realizadas com leituras e participação em capacitações, minha convicção de que a prática do serviço social em entidades da sociedade civil deveria ter um objetivo amplo que rompesse os muros institucionais. Meu alvo passou a ser a socialização de informações, o despertar para uma consciência coletiva e também crítica quanto a conjuntura brasileira e, em um segundo momento, mais a longo prazo, iniciar uma aproximação destas famílias à órgãos representativos de suas demandas e uma possível participação em espaços de controle social, como os Conselhos e as Conferências – apesar das diversas mediações existentes para esta aproximação.

Montaño (2010) traz à tona a ideia de que "O que se pensa é uma cotidianidade da sociedade civil como uma possível arena de lutas, que, no entanto, para ser portadora de um projeto realmente emancipador, deve, superando o imediatismo e a alienação, se articular às lutas, centradas na condição de classes, procurando nestas frentes a defesa e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas”.

Pensar numa sociedade civil desarticulada, apática, desmobilizada, é deixar espaço para o controle hegemônico. Um sistema social sem a ativa participação dos setores progressistas, subalternos, explorados, remete a uma ordem congelada e inteiramente dominada pelas elites sociais. (Montaño, 2010)

De agosto a dezembro de 2017 a metodologia sofreu algumas modificações, após avaliação dos grupos. Os grupos de convivência por turmas foram desfeitos e a nova proposta foi de integração entre todos os participantes. Dois dias da semana foram escolhidos por eles para que houvesse os encontros. Passaram a ser quatro horários de manhã e quatro no turno da tarde, e as famílias se organizavam para participar de um ou mais encontros. Uma vez por mês havia um único encontro temático para todos os grupos e trimestralmente, um passeio externo.

As reuniões passaram a não ser mais tão lúdicas, as dinâmicas e debates foram intensificados. Com o desenvolvimento da confiança entre os participantes, os debates eram ricos e comumente os temas subsequentes eram selecionados das colocações feitas durante os debates. Questões relevantes começaram a ser aprofundadas, como por exemplo violência doméstica e uso abusivo de substâncias psicoativas. Até então, esses temas eram abordados de forma superficial visto que muitos, por vivenciarem isto em família, se retraíam estando no coletivo.

Em 2018 o plano de ação foi revisitado e outras alterações foram propostas, baseadas nas demandas explicitadas nos encontros do 2º semestre de 2017 e nas avaliações finais, quando 68% do total de famílias avaliou as atividades desenvolvidas pelo serviço social. Neste universo, todos participaram de, no mínimo, 5 reuniões propostas (o equivalente a 1 reunião/mês). Os 32% que não participaram da avaliação foram convidados a preencherem avaliações individuais. Menos de 5% dos formulários retornaram preenchidos. Os que foram devolvidos avaliaram a falta de participação em decorrência de trabalho ou falta de interesse em atividades coletivas.

A metodologia durante todo o ano de 2018 foi organizada da seguinte forma: os encontros permaneceram nos dias e horários estabelecidos anteriormente. Entretanto, os primeiros horários eram para os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos – iniciados em 2017 com sua dinâmica de roda de conversas e dinâmicas grupais, com temas abordados e encerrados no mesmo encontro – e os grupos seguintes foram transformados em espaços de debates e aprofundamento de diversos temas, como políticas públicas.

A maioria dos participantes se fazia presente em ambos os momentos. Nos grupos de aprofundamento, chamado por muitas famílias como “grupo de estudos”, os temas eram adaptados na linguagem das famílias, mas com um bom aprofundamento. Os temas duravam, em média de 2 a 3 meses e eram divididos em módulos. Utilizávamos textos, notícias vinculadas na mídia escrita, televisiva ou internet, debates, estudos de casos e dinâmicas de grupo. Em muitos momentos foram convidados facilitadores de órgãos cuja atuação era pertinente à temática em reflexão. Foram abordadas as temáticas: saúde, previdência social, assistência social, educação e habitação.

Estávamos no processo de construção de um trabalho social com famílias cujas ações objetivavam e orientavam um trabalho profissional pelos valores e compromissos defendidos pelo projeto ético-político da profissão, com ações qualificadas a fim de contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática, apesar do cenário de regressão de direitos e destruição de conquistas históricas dos trabalhadores.

A participação dos sujeitos só pode ser exercida mediante amplo trabalho de capacitação para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva, no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público. Para que o controle democrático se efetive, é necessário que os representantes da sociedade

civil possam organizar-se institucionalmente e nas suas bases e que tenham consciência de seus direitos e a quem reclamá-los. (Bravo, 2009)

Vale ressaltar, como complementação a este processo que, para o desenvolvimento das temáticas e escolha das técnicas e recursos necessários a fim de atender às demandas das famílias, havia um prévio planejamento que envolvia também as estagiárias do setor. A participação dessas estagiárias foi fundamental não somente no planejamento, mas na execução, avaliação e sistematização das ações desenvolvidas junto às famílias dos usuários.

Em fevereiro de 2019, minha atuação na Instituição chegou ao fim em decorrência da aprovação no processo seletivo de Mestrado, que segundos os gestores, seria inconciliável. Apesar de não ser mais possível estar presente na continuidade das ações junto às famílias, tenho como objeto de pesquisa exatamente a temática do trabalho político-pedagógico dos assistentes sociais com famílias, onde pretendo aprofundar as reflexões sobre este tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos das ações junto às famílias devem ser a autonomia e o protagonismo em um sentido mais profundo, compreendidos na perspectiva de participação social e do coletivo. Assim, é essencial superar a visão liberal de autonomia para outro, que indica acesso a direitos e participação ativa nos rumos da sociedade.

O Serviço Social nos seus diversos documentos legais que fundamentam seu aspecto ético-político ressalta a construção de uma nova ordem social. E os projetos profissionais, segundo Netto (1999), são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matizes e valores e expressam um processo de luta pela hegemonia entre forças sociais presentes na sociedade e na profissão.

As ações pedagógicas concretizam a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas envolvidas nos espaços ocupacionais, interferindo na reprodução física e subjetiva dessas classes, ao mesmo tempo que rebatem na constituição do Serviço Social como profissão.

Em concordância com Abreu,

a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como a mobilização, a capacitação e a organização das mesmas classes apresentam-se como elementos constitutivos de um novo princípio educativo – base de uma pedagogia emancipatória – na medida em que condições históricas determinadas contribuem para subverter a maneira de pensar e de agir, isto é, a ordem intelectual e moral estabelecida pelo capital, e plasmar novas subjetividades e novas condutas coletivas indicativas de uma nova cultura. (Abreu, 2009)

A duras penas, em minha atuação profissional nestes últimos 7 anos, tive a percepção de que o trabalho com famílias envolve capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente, mediante suportes oferecidos, capacidades construídas, situações

refletidas, informadas, debatidas, devendo ser estes os objetivos da educação que visa a emancipação.

Oportunamente, pude observar algumas práticas com famílias que se restringiam a responsabilizá-las, ou a ensiná-las a gerir seus conflitos, sua vida, como se tudo dependesse de um processo de racionalização e planejamento, de cumprimento de papéis e normas e não de carências coletivas.

O desafio é posto cotidianamente. Mas acredito que há caminhos. O profissional deve levar as famílias a refletir sobre sua realidade, conhecer recursos e serviços do território, mobilizar-se e incluir-se em processos organizativos, coletivos, na busca de garantia de direitos.

Assim, a constituição dos tão citados “sujeitos de direitos” se dá no processo de compreensão das determinações sociais de suas condições de vida, material e afetiva, no reconhecimento da força do coletivo, no caso específico de famílias, e nas possibilidades concretas de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

BRAVO, M. I. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 393-410.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª Ed, São Paulo: Ed Cortez, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs). **Familismo, direitos e cidadania**. 1ª Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1ª Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva e; RAICHELES, Raquel (orgs). **O Sistema único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo, Cortez, 2010.